

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ESCOLA DO PARLAMENTO

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

“LEGISLATIVO E DEMOCRACIA NO BRASIL”

LILIAN MILENA SOUZA PENHA

**AS JORNADAS DE JUNHO E O NOVO PARADIGMA DAS
MOBILIZAÇÕES SOCIAIS URBANAS**

São Paulo

2015

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ESCOLA DO PARLAMENTO

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

“LEGISLATIVO E DEMOCRACIA NO BRASIL”

LILIAN MILENA SOUZA PENHA

Monografia apresentada à Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo

como requisito parcial para aprovação no curso de Pós-Graduação Lato Sensu

“Legislativo e Democracia no Brasil”

Orientador: Eduardo Grin

São Paulo

2015

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ESCOLA DO PARLAMENTO

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

“LEGISLATIVO E DEMOCRACIA NO BRASIL”

LILIAN MILENA SOUZA PENHA

AS JORNADAS DE JUNHO E O NOVO PARADIGMA DAS

MOBILIZAÇÕES SOCIAIS URBANAS

Média da avaliação da banca examinadora.

Nota Final:

São Paulo, dede 2015.

ORIENTADOR:

RESUMO

Até os anos 2000, os movimentos sociais urbanos mantinham estruturas hierarquizadas com fortes ligações a partidos políticos, sindicatos e entidades estudantis, no Brasil. Porém, no início da década, surgem coletivos com mais autonomia entre seus componentes, tendo ao seu favor a internet que propicia, como nunca antes na história, a formação política autodidata do indivíduo. Para confirmar se estamos vivendo um processo de mudanças de paradigmas no modelo de mobilização social, o presente trabalho faz um breve levantamento histórico dos movimentos sociais urbanos que surgiram em meados da década de 1970 até os anos 2000, a partir da leitura de trabalhos de autores que analisaram e descreveram os movimentos sociais urbanos e seus desdobramentos políticos e sociais. Em seguida, efetua uma comparação entre a literatura de movimentos sociais urbanos, até os anos 2000, com um foco mais aprofundando nas manifestações que resultaram nas Jornadas de Junho de 2013.

Palavras-chave: MPL; movimentos sociais urbanos; Ocupa Sampa; movimentos sociais; paradigma; elos; redes; redes de redes; horizontalidade; internet; redes sociais; Jornadas de Junho

ABSTRACT

Until the 2000s, the urban social movements kept hierarchical structures with strong links to political parties, trade unions and student organizations in Brazil. However, at the beginning of the decade, there are collective with more autonomy among its components, having in your favor that the internet provides, as never before in history, the formation of individual self-taught policy. To confirm that we are living a process of paradigm shifts in social mobilization model, this paper gives a brief historical survey of urban social movements that emerged in the mid- 1970s to the 2000s, from reading authors jobs who analyzed and described the urban social movements and their political and social developments. Then makes a comparison between the literature of urban social movements, until the 2000s, with a focus more deepening in the demonstrations that led to the June 2013 Conference.

Keywords: urban social movements; social movements; paradigm ; links ; networks; Networks of networks; horizontality ; internet ; social networks; June days; MPL; Jornadas de Junho

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE AUTORAL E AUTORIZAÇÃO DE
PUBLICAÇÃO.

Eu _____ declaro ser o autor desta Monografia
apresentada à Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo para o Curso de
Pós-Graduação “Legislativo e Democracia no Brasil” e que qualquer assistência
recebida em sua preparação está divulgada no interior da mesma. Declaro também que
citei todas as fontes das quais obtive dados, ideias ou palavras, usando diretamente
aspas (“ “) ou parafraseando, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos,
mecânicos, fotográficos, gravações ou quaisquer outros tipos. Declaro por fim, que este
trabalho poderá ser publicado por órgãos de interesse público. Declaro, que o presente
trabalho está de acordo com a Lei 5988 de 14/12/1973, Lei de proteção intelectual, e
que recebi da Instituição, bem como de seus professores, a orientação correta para assim
proceder. Em ambos os casos responsabilizo-me exclusivamente por quaisquer
irregularidades.

São Paulo, _____ de _____ de 2015.

Nome do Autor(a)

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – Os movimentos sociais urbanos 1970-2000.....	4
1.1 - Da ditadura militar à redemocratização	
1.2 - Dos anos 1990 aos anos 2000	
CAPÍTULO 2 – Movimentos sociais urbanos do Século XXI.....	15
2.1 - O impacto da internet e a atuação em rede dos movimentos dos anos 2000	
2.2 - As primeiras experiências horizontais no Brasil	
CAPÍTULO 3 – Os principais protestos por transporte da história do Brasil..	25
CONCLUSÃO.....	30
BIBLIOGRAFIA.....	32

1. INTRODUÇÃO

O levante popular de junho de 2013 surpreendeu a todos (políticos, governantes, colunistas e até mesmo cientistas políticos). Uma manifestação iniciada em algumas cidades contra o aumento da passagem de ônibus se espalhou rapidamente, ganhando a adesão de milhões de pessoas de distintas classes sociais, em mais de cem cidades¹ e a pauta, que inicialmente exigia retrocessos na apreciação do valor dos transportes coletivos, acabou servindo como porta de entrada para a sociedade levar às ruas outras demandas, além de declarar seu descontentamento em relação aos partidos e representantes políticos.

Para tentar responder tal fenômeno, cientistas políticos recorreram à análise da ação do Movimento Passe Livre, sem se atentarem, entretanto, para a análise de um contexto maior que aponta para o estabelecimento de um novo paradigma de organização horizontal (sem um líder), que usa as redes sociais como via de mobilização para os protestos, recusa a identidade com qualquer tipo de autoridade ou lideranças tradicionais e propõe o uso da ação direta como principal arma para pressionar o Estado (MPL-SP, 2013, p. 17), características típicas dos movimentos neo-anarquistas do século XXI e que já eram observadas internacionalmente em protestos anticapitalistas nos países desenvolvidos durante a década de 1990².

Através da revisão de literatura, realizada para este trabalho, é possível verificar que, no Brasil, até os anos 2000, os movimentos sociais mantinham estruturas hierarquizadas com fortes ligações a partidos políticos, sindicatos e entidades estudantis. Estaríamos, portanto, diante de um momento de mudanças de paradigma no modo de ação dos movimentos sociais brasileiros, hoje priorizando a horizontalidade e preceitos

típicos do anarquismo, em detrimento da hierarquia das instituições políticas tradicionais?

O conceito moderno de paradigma foi proposto pelo físico e filósofo da ciência, Thomas Kuhn. Segundo ele, paradigma é um modelo científico seguido por períodos, mais ou menos longos, que orientam o desenvolvimento de pesquisas na busca da compreensão e resolução de fenômenos. Entretanto, no processo de evolução científica um paradigma pode ser posto à prova, por não conseguir mais responder todos os problemas. Nesse instante instala-se o que Kuhn chama de “crise”, seguida por um momento de “ciência extraordinária”, período em que são criados novos paradigmas que competem entre si até um impor-se sobre o outro produzindo uma “revolução científica”, quando finalmente um paradigma substitui o paradigma tradicional (KUHN, 1962, p. 29-107).

O objetivo do presente trabalho é, portanto, responder se estamos vivenciando hoje um momento de mudanças de paradigmas no modelo de mobilização social que poderá resultar no estabelecimento, cada vez maior, de movimentos sociais apartidários e horizontais.

Esse trabalho se justifica pela importância das Jornadas de Junho, e dos movimentos sociais como um todo, dada a relativa ausência de produção acadêmica que se propõe a discutir o surgimento de um novo paradigma no modelo de mobilização e articulação social urbana. Acreditando que isso se deve porque ainda vivenciamos seus desdobramentos. Pretendemos, assim, lançar um novo olhar sobre o tema das Jornadas de Junho, ainda não discutido por esse viés do paradigma.

A metodologia utilizada será uma análise dos movimentos sociais urbanos que surgiram em meados da década de 1970 até os anos 2000, a partir da leitura de trabalhos de autores que analisaram e descreveram os movimentos sociais urbanos e

seus desdobramentos políticos e sociais. Em seguida, será feita uma comparação entre a literatura de movimentos sociais urbanos, até os anos 2000.

Observar as Jornadas de 2013 dentro de um quadro maior pode nos ajudar a encontrar as bases que desaguaram no fenômeno de alta intensidade que ocorreu naquele ano e observar algumas diferenças entre os atuais movimentos sociais e os movimentos sociais das décadas anteriores aos anos 2000. No final dos anos 1970, por exemplo, parte dos acadêmicos via os movimentos sociais urbanos brasileiros daquela década como uma “nova vanguarda”.

Entretanto, em meados de 1980 ocorre um período de desapontamento e pessimismo entre os mesmos pesquisadores em relação aos movimentos sociais, para os quais “uma democratização profunda da cultura política do Brasil só seria alcançada por meio de uma atividade consolidada na esfera política formal” (OTTMANN, 1995, p. 187). O mesmo autor pondera, entretanto, que os acadêmicos se precipitaram na avaliação, pois se basearam em uma moldura temporal curta, sendo que a adoção de um período mais longo “permite entender o enfraquecimento dos movimentos durante os anos 1980 como um fenômeno cíclico e revela que as identidades dos movimentos sociais são fluídas e dependentes do contexto” (OTTMANN, 1995, p.186).

Já na década de 1980, Kowarick chama a atenção para a necessidade de se “entender a riqueza do processo sócio-político” das manifestações, que variam “muito de conjuntura para conjuntura” (KOWARICK, 1986). E é isso que este trabalho pretende fazer em relação às Jornadas de Junho de 2013, aproveitando-se da condição de poder avaliar as revoltas, transcorridos dois anos.

No primeiro capítulo serão analisados os movimentos sociais que surgiram em meados dos anos 1970, em meio à ditadura militar, até os anos 2000. No segundo

capítulo os movimentos sociais da última década, bem como o impacto da articulação em redes e dos novos meios de comunicação sobre as formas de se fazer protestos. Já no terceiro capítulo são destacados os principais protestos ligados ao transporte público que marcaram a história do país, dentre eles, enquadrados as Jornadas de Junho de 2013.

1. OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS 1970-2000

1.1. Da ditadura militar à redemocratização

Movimentos sociais nascem da necessidade de se criar uma nova forma de sociabilidade, que se contraponha ao elitismo fortemente presente na sociedade (Kowarick, 1986). São, além disso, organismos que, pela definição clássica possuem como características básicas uma identidade e um opositor, se articulando em torno de um projeto de vida ou de sociedade e, mais ainda, nas palavras de Gohn, são:

“ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilização, marchas, concentração, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações, etc), até as pressões indiretas” (Gohn, 2011, p.335).

Em meados da década de 1970 ocorre no Brasil o ressurgimento de movimentos sociais urbanos em resposta ao aumento significativo da pobreza e da exclusão decorrentes da rápida industrialização e urbanização das cidades, que vinham crescendo nas décadas anteriores a altas taxas. Até os anos 1940 a população urbana brasileira representava 37% do total do país; nos anos 1970 esse índice saltou para 55,92% e, na década de 1980 subiu para 67,59% (Carvalho, 2002, p.45-19). Esses índices são resultados do forte fluxo migratório que ocorreu em direção às cidades do

Sudeste, sobretudo do eixo Rio-São Paulo e suas periferias, provocando o inchaço urbano dessa região, com pouco ou sem qualquer tipo de planejamento que viabilizasse a distribuição igual de serviços públicos básicos. São essas algumas das bases para o ressurgimento dos movimentos sociais urbanos em pleno período militar. Eram nos bairros destituídos de infraestrutura e serviços básicos que viviam a massa de trabalhadores (Kowarick, 1986).

Outro fator, que não pode ser olvidado e que também estimulou a mobilização social foi a falta de direitos políticos suspensos pelos governos militares de então. Dessa forma, a atrofia de mecanismos democráticos contribuiu para formação de uma conjuntura de movimentos sociais urbanos que se fortaleceram frente a um inimigo comum: o Estado ditatorial.

O sistema político autoritário vigente não foi capaz de conter as insatisfações que foram surgindo desse contexto histórico. Dentre elas, é possível citar a revolta de julho de 1974, quando massas suburbanas das principais cidades brasileiras - São Paulo e Rio de Janeiro - iniciaram um grande protesto espontâneo pela má qualidade dos trens da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) e da Ferrovia Paulista S.A. (Fepasa), surpreendendo "as autoridades públicas com repetidas explosões de furor que incluíam depredações, quebra-quebras e a queima de unidades de transporte contra os quais se dirigia a insatisfação imediata das massas urbanas" (Moises & Martinez-Alier, 1977, p. 15).

Em 1979 assume a presidência da República o general João Baptista Figueiredo, o último presidente do regime militar que levou adiante o processo de abertura política, iniciada por Geisel. Alguns meses antes, em maio de 1978, ocorreu a primeira grande greve, desde que os militares assumiram o poder, liderada pelo

Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, cidades da região metropolitana de São Paulo. Os trabalhadores, representados por Luiz Inácio Lula da Silva, exigiam participação direta nas negociações de aumento salarial, até então decidido apenas em conversas entre patrões e governo. A greve iniciada no ABC paulista, com cerca de três mil operários, se espalhou pelo país e sete meses depois eram contabilizadas 429 paralisações e a pauta, que começou apenas pelo aumento salarial, passou a incluir a exigência por melhor qualidade de vida⁶.

Essas manifestações representaram uma contestação da ordem então instituída pelos militares. Um dia antes de Figueiredo tomar posse, em 14 de janeiro de 1979, Lula leva mais de 80 mil trabalhadores para uma assembleia no Estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, deslegitimando o então governo que não tardou em repreender o movimento prendendo a Lula e cassando o mandato de toda a diretoria do sindicato.

O acirramento da crise econômica no início dos anos 1980 aumenta o clima de rebelião social no país, com crescentes casos de invasão de terras e saques no comércio. O ápice da revolta popular ocorre em abril de 1983, quando, durante três dias seguidos, pessoas realizam invasões e saques a lojas e supermercados de São Paulo. **(Sader, 1983, p. 8-17).**

Já vimos que as condições econômicas, sociais e de repressão aos direitos políticos foram condicionantes para o ressurgimento dos movimentos sociais urbanos. Mas outros autores vão além dessa análise, chamando a atenção para a importância das Comunidades Eclesiais de Base, da Igreja Católica, muitas vezes ligadas as associações de bairro, onde os moradores tiveram espaço para a construção de educação política.

Mainwaring (1986) apontou, por exemplo, que a Igreja Católica no Brasil "transformou-se de agente político relativamente conservador que apoiou o golpe de 1964", em um dos atores mais importantes e progressistas da sociedade, duas décadas mais tarde. A entidade, através das comunidades de base, ajudou a denunciar as atrocidades cometidas contra os direitos humanos e a constante queda da qualidade de vida dos trabalhadores, favorecendo, assim a consolidação de uma "nova consciência de exclusão", que se espalhou pelos bairros fazendo surgir os "Novos Movimentos Sociais", (Ottmann, 1986, p. 196), para os quais os militares eram seus inimigos comuns.

A crítica contra a ditadura foi encontrando apoio crescente entre pessoas das classes sociais mais elevadas, isso porque a teologia da libertação, popularizada pelas comunidades eclesiais, atingiu também parte da elite que acabou aderindo a "utopia baseada na igualdade, solidariedade, justiça social, bem comum e não individual, e processos democráticos com participação de massa", (Ottmann, 1986, p. 196). Isso legitimou a expansão e o papel democrático dos movimentos sociais em um contexto onde o Estado era o "único tirano". A pressão popular obrigou o regime militar a iniciar o processo de reabertura política e, em 1984, a primeira vitória é o lançamento da candidatura do civil Tancredo Neves.

R. Cardoso explica que no período entre 1970 e 1980, os movimentos sociais urbanos foram "supostamente apresentados como novos", pela espontaneidade e senso de justiça que transmitiram para a sociedade, com independência política. Foram, também, eficazes em questionar o Estado, pedindo redemocratização, e darem voz aos oprimidos. Ao lado de sindicatos e partidos, a aposta era de que os novos movimentos

sociais urbanos renovariam as instâncias de discussão política, sem perder a capacidade de intervir de forma autônoma na correlação de forças. (R. Cardoso, 2008, p.327)

A representação do Estado como inimigo único beneficiou, assim, a luta contra a ditadura, potencializando a mobilização da sociedade civil. Entretanto, observa Ottmann, essa visão “binária”, além de resultar em uma “homogeneização artificial” dos militares, com o fim da ditadura desmobilizou todos os movimentos sociais que perderam o foco de suas lutas.

Com o processo de redemocratização em curso e sem um inimigo comum, os movimentos se fragmentaram e ainda perderam credibilidade junto à população. Isso porque, durante a ditadura militar, os movimentos sociais prometeram às massas que a redemocratização elevaria a qualidade de vida da população. Entretanto, no final da década de 1980 o Brasil ainda vivia uma conjuntura de crise econômica e aplicação de políticas que reduziam a renda dos mais pobres e elevava a renda da população mais abastada (Ireland, 1993, p. 4).

Em outras palavras, a crise econômica levou a uma desilusão política após a redemocratização. Além disso, no período pós-redemocratização, muitas lideranças dos movimentos sociais que lutaram contra a ditadura passaram a fazer parte dos quadros políticos, levando a uma “crise de identidade coletiva”, indo contra a proposta de “transformação radical da cultura e da sociedade” defendida anteriormente (Ottmann, 1986, p. 200).

Na transição para a democracia são criados mecanismos que aumentam a representatividade social dentro do Estado, consolidados na Constituição Federal de 1988. Dessa forma são estabelecidos órgãos descentralizados do governo para atender

as demandas básicas da sociedade. Esse novo posicionamento do Estado acaba cooptando ou enfraquecendo o protagonismo dos movimentos sociais que buscavam autonomia política (Alvarez, 1990, p. 228-233).

Ottmann acrescenta a esse cenário o aumento da receptividade dos movimentos sociais ao discurso de que o avanço da democratização se daria nos moldes da política formal, se tornando, cada vez mais, dependentes de lideranças políticas. É então que, o abismo de conhecimento político entre as classes, que havia sido encurtado durante o regime militar, graças à atuação das comunidades eclesiais de base, ressurgiu com força. Isso porque, a falta de conhecimento dos trâmites políticos formais aumentou o desequilíbrio de poder entre os membros dos movimentos sociais, abrindo a porta para abusos de conhecimento por parte das lideranças, e criando as condições para a cultura política “clientelista” e “populista”.

“Qualquer tentativa dos atores do movimento social, geralmente em posição socioeconômica desvantajosa, de participar da vida pública é, portanto, inibida por essa falta de educação e status formais. A inclusão sistêmica de setores de baixa renda é efetuada em termos altamente desiguais e só poderia ser equilibrada pelo acesso privilegiado ao conhecimento (...) Ademais, a percepção limitada dos procedimentos administrativos reduz a capacidade do ator para desenvolver estratégias eficazes utilizando canais formais. Os movimentos sociais são, assim, dependentes de conhecimento estratégico que entra em sua esfera cognitiva através de fontes como sindicatos, partidos políticos, lideranças do movimento social, intelectuais, contato com autoridades oficiais, profissionais liberais e instituições religiosas” (Ottmann, 1986. p. 189)

Apesar da fragmentação dos movimentos sociais urbanos e de sua dependência dos partidos, de lideranças e de acadêmicos para enfrentar questões no

âmbito legal, econômico e político, Ottmann observa como elemento positivo desses grupos a natureza cíclica. Em outras palavras, os movimentos sociais são capazes de se recuperar e reorganizar, de tempos em tempos.

Gohn (1991, p. 161-170) ressalta, por exemplo, já na década de 1990, um nível significativo de representantes de movimentos sociais em conselhos populares, comissões de planejamento, e em assessorias de todos os âmbitos (municipais, estaduais e federal). A participação em espaços de diálogo abertos pelo poder público não garante a solução de determinada política pública, mas esse quadro revela que os movimentos sociais conseguem criar pressão sobre o Estado.

O balanço final dos movimentos sociais dos anos 1970/1980 é sua inegável importância para as conquistas de direitos sociais, inscritos na nova Constituição Federal de 1988. No final dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990, o cenário sociopolítico transforma-se significativamente, começando por um declínio das manifestações de rua, em decorrência de sua desmobilização, principalmente por terem perdido seu principal alvo e inimigo comum, isso é, os governos do regime militar. (Gohn, 2011, p. 342)

Dos anos 1990 aos anos 2000

O que norteou a formação dos movimentos sociais da década de 1990 são dois princípios: a Constituição Federal de 1988, em especial porque estabeleceu importantes obrigações sociais ao poder público; e a desorganização dos movimentos civis com o fim da ditadura militar, tornando-os, no princípio da daquela década “anencefálicos” e dependentes de organizações mais institucionalizadas.

Outro fator importante que irá influenciar na organização dos movimentos sociais nesse momento histórico é um conjunto de ideias políticas e econômicas neoliberais implementados pelos governos, começando por Collor (1990-1992), passando por Itamar Franco (1992-1994), e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

A proposta neoliberal defende que o Estado seja “mínimo”, com um número de ministérios e secretarias suficientes para fazer valer normas jurídicas e de segurança que proporcionem a livre concorrência no mercado e na economia. Com base nessa concepção não faz sentido o Estado manter empresas públicas, além disso, ao invés de realizar diretamente o atendimento a serviços básicos (como saúde, educação e saneamento) deve induzir indivíduos e a iniciativa privada a realizá-los. Essas são propostas que chocam diretamente contra a Constituição Federal de 1988, que obriga União, Estados e Municípios a garantirem de forma plena todos os direitos sociais básicos.

Logo, para acomodar os princípios neoliberais com as obrigações da Constituição Federal, os governos dessa década iniciam processos de abertura do mercado, redução do protecionismo a indústria nacional (levando a quebra de muita delas), privatização de companhias e empresas públicas, e criação de conferências nacionais temáticas em várias áreas de demanda social, abrindo espaço para a participação de movimentos civis.

Assim, nesse período, surgem muitas organizações populares mais institucionalizadas e hierarquizadas, baseadas na parceria com o poder público. Se por um lado, o fenômeno favoreceu uma participação cidadã maior no estabelecimento de normativas e políticas públicas, por outro o controle social desse modelo nas grandes

conferências nacionais temáticas funcionam como “estratégias básicas de controle”. (Gohn, 2011, p. 340)

Em 1992, ocorreu o impeachment de Fernando Collor, pela implantação mal sucedida de planos econômicos, escândalos de corrupção e a perda de apoio político do presidente entre os congressistas do Poder Legislativo. Momentos antes da queda de Collor, milhões de brasileiros, sobretudo estudantes, que ficaram conhecidos como “caras-pintadas”, tomam às ruas usando as cores da bandeira do Brasil. A manifestação ganhou notoriedade nos meios de comunicação, pressionando os parlamentares a votar pelo impeachment de Collor. Segundo Gohn (2011) existiu um movimento institucionalizado que contribuiu para o surgimento dos “caras-pintadas”, chamando Ética na Política.

O grupo, inicialmente pequeno, foi idealizado pelo então deputado federal José Carlos Sabóia, do PSB do Maranhão, que reunia sindicalistas, universitários, militantes de partidos e representantes da ONG Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc). A organização não governamental fez articulações junto à OAB, a CNBB, ao IBASE e algumas personalidades políticas para estabelecerem uma mobilização de parlamentares pró-democracia no Congresso⁸.

O sucessor de Collor foi Itamar Franco, que manteve a linha neoliberal, mas se destacou pela implantação do Plano Real, em julho de 1994. A nova política econômica tornou a situação brasileira mais confortável, mas não por muito tempo. De 1994 a 1995 o grupo dos mais pobres caiu de 38% para 28% do total da população brasileira. Entretanto, a proporção de miseráveis voltou a crescer paulatinamente nos anos seguintes. Em 1996, por exemplo, o total de pobres era 1,6% superior ao que tinha sido registrado um ano antes. (Corrêa e Castro, 2000 p. 201)

Após o governo de Itamar Franco assumir, no início de 1995, Fernando Henrique Cardoso, que havia feito parte da equipe econômica do Plano Real. FHC acelera as reformas neoliberais do Estado privatizando importantes empresas públicas e realizando reformas administrativas para enxugar a “máquina pública”.

Durante todos esses governos o processo de implantação de princípios neoliberais no país não garantiu a redução dos históricos déficits sociais, pelo contrário, a expressão “década perdida”, cunhada por economistas para denominar os anos 1980, foi um termo retomado pelos mesmos especialistas para falar de 1990. Um dos índices significativos da época é o desemprego entre a população economicamente ativa (PEA) que passou de 8,3%, em 1993, para 12,1% em 1999, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁷.

É nesse cenário que surgem grupos críticos às políticas neoliberais, mas com formatos mais institucionais do que os movimentos sociais urbanos da década de 1980, pois, diferentes desses últimos, as novas manifestações sociais procuram realizar formas de pressão para atuar dentro da esfera pública. Dentre as organizações que surgem estão os Fóruns Nacional de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana e o Fórum de Participação Popular, num modelo de articulação feito através de encontros nacionais que serviram também para a criação de diagnósticos e propostas para a solução de problemas sociais. Os dados produzidos nesses eventos funcionavam, ainda, como subsídios de pressão contra o Estado para cumprir sua parte no atendimento de demandas públicas. (Gohn, 2011, p. 342)

Outra característica marcante desses novos movimentos é a atuação em rede, a exemplo da Via Campesina. A organização internacional foi criada em 1992, por movimentos de pequenos e médios agricultores dos países em desenvolvimento. No

Brasil, pelo menos dez grupos se reuniram para compor a Via Campesina, dentre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nesse trabalho compreendemos que esse também é um exemplo da realidade urbana, com base na orientação de Gohn de que, apesar da questão central ser rural, muitas vezes a forma de manifestação do MST ocorre no meio urbano. (Gohn, 2011, p. 338). Outro exemplo de um grupo que nasceu naquela época, articulado em rede, mas com atuação apenas dentro do Brasil, é o Ação da Cidadania, com o propósito de combater a fome.

O aumento do desemprego resultou, ainda, na organização de trabalhadores na informalidade, dentre eles os “perueiros” que passaram a competir no atendimento de serviços do transporte público. Esse movimento se fortaleceu a tal ponto na maior capital do país (São Paulo), que o governo local se viu obrigado a regulamentar o serviço, em 1999. As reformas para enxugar as contas do Estado levaram também ao surgimento dos movimentos dos funcionários públicos, aposentados e pensionistas, na tentativa de barrar as propostas que pretendiam diminuir a segurança trabalhista e os benefícios. (Gohn, 2011, p. 343)

O ambiente sociopolítico nos anos 1990 também favorece o ressurgimento de movimentos de minorias que ficaram um tanto apagados durante a ditadura. São eles as organizações feministas, homossexuais, indígenas, de negros e de jovens da periferia. As ações articuladas por cada um desses movimentos são diversas, indo da atuação em rede para a conscientização dos direitos, fator importante para fazer frente na luta contra a discriminação, até organização de marchas anuais e ações culturais diretas, como o rap, hip hop e o grafite em espaços públicos.

A questão indígena, em especial, envolveu a organização de grupos de lutam pelo reconhecimento de seus territórios e a solução para incluir seus produtos no

mercado formal, a preços justos. O último movimento de destaque que emerge nesse período é o ambientalista, sobretudo decorrente da realização da conferência “Eco-92”, na cidade do Rio de Janeiro. Mas a maioria desses grupos gera entidades organizadas do terceiro setor, sobretudo ONGs. (Idem, p. 343).

É importante destacar que a conjuntura da década de 1990 propiciou a criação de Organizações Não Governamentais, primeiramente porque a década começa com os movimentos sociais desorganizados e, segundo, pelo incentivo do próprio governo a partir de 1995, que via no terceiro setor uma saída para reduzir o Estado sem deixar de lado as obrigações sociais impostas pela Constituição Federal de 1988. Foi durante o mandato de FHC, por exemplo, que foram criadas as Organizações Sociais (OSs), entidades privadas que prestam serviços públicos, em parceria com o poder público, em diversas áreas importantes, como educação, saúde, meio ambiente e cultura.

2.MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS DO SÉCULO

2.1 O impacto da internet e a atuação em rede dos movimentos dos anos 2000

Os movimentos sociais urbanos na contemporaneidade foram e estão sendo construídos com base na globalização, acelerada pelas novas formas digitais de comunicação que tornam ainda mais complexas e dinâmicas a diversidade desses grupos e suas atuações em rede (Scherer-Warren, 2006, p. 109). Ainda assim, é possível estabelecer uma trajetória linear das mudanças ocorridas do início do século até os dias atuais, bem como importantes impactos que sofreram com a queda dos governos neoliberais e a ascensão dos governos de esquerda na América Latina.

Como observado no capítulo anterior, as ONGs saem fortalecidas do período entre meados da década de 1990 o início dos anos 2000. Essas entidades tomam “a dianteira na organização da população, no lugar dos movimentos”, fazendo declinar o número de manifestações nas ruas. Enfraquecidos, os movimentos sociais, nos primeiros anos do novo milênio, “tiveram que alterar suas práticas, sendo menos reivindicativos ou críticos”, para fazer parte dos projetos das ONGs. (Gohn, 2011, p. 341)

Paralelo a esse cenário, a população dos países latino-americanos utiliza as urnas para demonstrar seu descontentamento aos governos neoliberais, levando a ascensão os representantes da esquerda, começando pela eleição de Hugo Chaves, em 1998, na Venezuela; cinco anos depois, em 2002, de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, e do peronista Nestor Kirchner, na Argentina. Em 2005, os bolivianos elegem o primeiro líder indígena, Evo Morales e, no Equador, o nacionalista Rafael Correa vence o magnata da banana Álvaro Noboa⁹.

Nessa década também ocorre a crescente popularização do uso das novas ferramentas de comunicação da internet que revigora todas as formas de organização da sociedade civil, desde as do terceiro setor, como as ONGs, até os movimentos sociais, beneficiando o estabelecimento de redes regionais, internacionais, transnacionais e transorganizacionais. É em 2001, por exemplo, que se dá a criação do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, que reuni organizações de dentro e fora do país com o objetivo de discutir modelos de luta pela cidadania sob o mote “um outro mundo é possível”, em resposta aos malefícios provocados pela globalização nos moldes capitalistas. No ano seguinte, em 2002, é criado o Fórum Social Europeu, inspirado na proposta brasileira¹⁰.

A atuação em rede não impede que ocorram conflitos de diálogo entre os diversos atores dos movimentos sociais e do terceiro setor, mas permite, através do encontro e confronto de reivindicações, que esses grupos ultrapassem a barreira da “defesa de um sujeito identitário único para a defesa de um sujeito plural”. (Scherer-Warren, 2006, p. 116).

A autora Scherer-Warren observa, ainda que, nesse período, a militância que se autodefinia como “revolucionária” perde espaço para um outro tipo de ativismo alicerçado “nos valores da democracia, da solidariedade e da cooperação”. Assim, a “nova utopia do ativismo” passa a ser a luta por mudanças com um engajamento voltado às causas sociais dos “excluídos e discriminados e com a defesa da democracia na diversidade”. (Idem, p. 120-127) Afinal, era um momento de ascensão de um governo de esquerda no país que, por obrigação ética, deveria dialogar e responder às demandas da sociedade pelas vias democráticas.

No início dos anos 2000, a ação em rede dos movimentos sociais se desenvolveu, sobretudo, em cima das antigas bases hierarquizadas e, muitas vezes, ligadas a partidos, sindicatos, entidades estudantis e ONGs. Por outro lado, a aceleração da troca de informações através da internet proporcionou, nas palavras de Gohn (2011), uma releitura dos ideais clássicos de igualdade, fraternidade e liberdade, onde:

"a igualdade é ressignificada com a tematização da justiça social; a fraternidade se retraduz em solidariedade; a liberdade associa-se ao princípio de autonomia - da constituição do sujeito, não individual, mas autonomia de inserção na sociedade, de inclusão social, de autoderminação com soberania". (Gohn, 2011. p 337)

As estruturas de poder não chegam a ser totalmente dissolvidas nos movimentos sociais articulados em redes, mas os elos de poder aumentam, portanto surgem mais líderes, mediadores, agentes estratégicos e organizações de referência. "Tais elos são, pois, circuitos relevantes para o empoderamento das redes de movimento", elevando a solidariedade, reciprocidade e compartilhamento de ideais de lutas entre esses grupos (Scherer-Warren, 2006, p. 121-122). A articulação de movimentos sociais em rede propicia, ainda, a construção de novas formas de anarquismo, sobretudo em torno das ideias de desobediência civil (Di Cintio, 2010).

Em 8 de março de 2007 ocorreu no Brasil o primeiro protesto relevante organizado em redes onde é possível notar as características de solidariedade, reciprocidade e compartilhamento de ideias entre grupos heterogêneos. Naquela data cerca de 23 mil pessoas foram às ruas em, pelo menos, 17 estados para protestar contra a vinda do presidente dos EUA, George W. Bush, recepcionado por Lula, sem, no entanto, deixar de celebrar o Dia Internacional da Mulher. Em São Paulo, na parte da manhã, o movimento feminista junto com outros grupos tomou as ruas da Av. Paulista.

Ao longo do dia cerca de 6.000 pessoas se concentraram na região central da cidade, segundo dados da Polícia Militar. Os manifestantes iniciaram ações diretas depredando lojas do McDonald's e queimando bandeiras dos EUA e bonecos representando Bush.

Ações semelhantes se repetiram em cidades de outros estados. Em Goiânia (GO), por exemplo, manifestantes ligados à Via Campesina e ao MST entraram nas lojas do Wal-Mart e McDonald's para protestar. Em Salvador (BA), o movimento LGBT organizou um trio elétrico, utilizou cartazes com os dizeres "Fora Bush, abaixo o imperialismo americano machista e homofóbico" e também realizou a queima de bonecos de Bush. E, no Rio Grande do Sul, estudantes e sem-terra se juntaram em frente a uma agência do Citibank, chamaram Lula de "amigo" de Bush e queimaram bandeira dos EUA e um boneco do presidente norte-americano¹¹.

2.2 As primeiras experiências horizontais no Brasil

O advento da internet proporciona o aumento de “consciência de classe” que ultrapassa as barreiras geográficas e, conseqüentemente, intensifica a relação de movimentos sociais em redes. A nova tecnologia da informação não funciona apenas como um espaço para a realização de manifestações e ações diretas nas ruas, ampliando também, e de forma considerável, a educação política e a troca de ideologias, isso porque sua estrutura permite ao indivíduo ser protagonista e expectador ao mesmo tempo, aumentando as bases da horizontalidade dos novos modelos de mobilização social. Para Manuel Castles a internet é, verdadeiramente, a indutora de redes de redes, alterando a interação e organização social em nossos dias.

“(...) nesse sentido, a internet não é simplesmente uma tecnologia (...), é o coração de um novo paradigma sociotécnico, que constitui, na realidade, a base material de nossas vidas e de nossas formas de relação, de trabalho e de comunicação. O que a Internet faz é processar a

virtualidade e transformá-la em nossa realidade, constituindo a sociedade em rede, que é a sociedade em que vivemos". (CASTELLS, 2004, p. 287)

É importante considerar, ainda que, por serem novas as ferramentas digitais os movimentos sociais da contemporaneidade serão protagonizados, principalmente, por jovens que se utilizam dessa tecnologia para promover discussões e transformações políticas, sociais e culturais. (Oliveira, 2013, p. 4)

É a partir de meados dos anos 2000, que as mobilizações sociais de caráter horizontal e articulados através da internet tomam corpo no Brasil. O primeiro grupo de destaque é o próprio Movimento Passe Livre, criado em janeiro de 2005, durante a 5ª edição do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, formado por membros de outros coletivos espalhados pelo país. Os princípios que marcam o grupo, isso é a horizontalidade, autonomia, independência e apartidarismo, são firmados durante o III Encontro Nacional do MPL, em julho de 2006, na Escola Nacional Florestam Fernandes, em Guararema (SP)¹².

Outra organização social urbana que surge no país, sem uma liderança, é a Bicletada, movimento também chamado de Massa Crítica que começou em São Francisco (EUA), na década de 1990, ganhando outras cidades pelo mundo como Nova Iorque (2004), Londres (2005), Lisboa (2006), Moçambique e São Paulo (2008). O grupo procura reivindicar o uso do espaço público nas ruas divulgando a bicicleta como um meio de transporte mais ecológico e sustentável. No site oficial, a organização no Brasil diz defender os mesmos princípios de Portugal, não tendo "líderes ou estatuto, o que leva a variações de postura e comportamento de acordo com os participantes de cada localidade ou evento"¹³.

Além da Bicicletada, em 2008 ocorreu uma tentativa de nacionalizar a Marcha da Maconha no Brasil, seguindo os moldes dos novos movimentos sociais urbanos. Porém, organizadores do evento, que ocorre mundialmente todo o primeiro final de semana do mês de maio, foram barrados pela Justiça de Curitiba (PR), Cuiabá (MT), João Pessoa (PB) e Salvador. Em São Paulo, o Ministério Público entrou com uma liminar para impedir o ato, mas o pedido foi negado pela Justiça e a manifestação foi realizada na zona sul da cidade. As cidades de Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Fortaleza (CE), Recife (PE) e Rio de Janeiro (RJ) também realizaram a Marcha¹⁵.

No Brasil, o coletivo afirma, pelo site oficial, que não possui líderes, entretanto destacam que recebem apoio de “instituições, profissionais, pesquisadores, ativistas, redutores de danos e membros da sociedade em geral”, articulam-se em “redes de relacionamento” a nível local e nacional¹⁴.

O ano de 2011 foi singular apontando para um aprimoramento da atuação em rede dos movimentos sociais no Brasil, porque além dos tradicionais protestos anuais (Parada do Orgulho LGBT; 8 de Março, Grito dos Excluídos, Marcha da Maconha, entre outros), ocorreram novas manifestações espontâneas, articuladas e em resposta a forte repressão policial.

Em São Paulo, os primeiros protestos do ano são organizados pelo Movimento Passe Livre, na tentativa de fazer reverter o aumento da passagem de ônibus, na época, de R\$ 2,70 para R\$ 3,00. Foram realizados pelo menos 12 atos, de janeiro a março, reunindo entre 200 e 3 mil pessoas segundo o próprio organizador. As manifestações não surtiram o efeito desejado pelo MPL que voltou a organizar protestos apenas em 2013, quando os governos municipal e estadual tentam reajustar, novamente, as passagens.

Em maio, o coletivo brasileiro Marcha da Maconha é proibido pela Justiça de realizar o evento em São Paulo. Mesmo assim os manifestantes organizaram o ato no primeiro final de semana daquele mês que terminou em confronto com a polícia militar. No dia 18, o Supremo Tribunal Federal garantiu o direito de manifestações pela legalização de drogas em todo o país. Dois dias depois os organizadores da passeata em São Paulo realizaram um novo ato em defesa da liberdade de expressão¹⁶.

Ainda em maio de 2011 ocorreu o "Churrasco da gente diferenciada", um protesto que reuniu cerca de 600 pessoas em Higienópolis para criticar a oposição de moradores do bairro nobre de São Paulo à construção de uma estação de metrô na Av. Angélica. Em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, uma moradora do bairro disse ser contra as obras da estação porque poderia atrair “drogados, mendigos, uma gente diferenciada...”. A expressão foi o suficiente para batizar um evento mobilizado pelo Facebook que em poucos dias registrou cerca de 50 mil adesões. Com medo do impacto, o organizador chegou a cancelar o encontro na rede social. Entretanto a proposta já tinha se popularizado.

Em 04 de julho de 2011 aconteceu a primeira Marcha das Vadias em várias cidades do Brasil. O ato foi lançado em abril do mesmo ano, na cidade de Toronto (Canadá) por coletivos feministas para protestar contra a frase “as mulheres deveriam evitar se vestir como vadias, para não serem vítimas de ataque”, dita por um policial, em janeiro de 2011, durante uma palestra na Universidade de York. Desde então o ato é organizado em várias partes do mundo para protestar contra a crença de as que mulheres que são vítimas de estupro poderiam ter evitado o crime se tivessem se comportado adequadamente¹⁷.

Finalmente, em 15 de outubro de 2011 ocorre um movimento de acampadas em várias cidades do país, dentre elas Brasília, Salvador, São Paulo, Campinas e Rio de Janeiro. Em São Paulo a manifestação ganhou o nome de Ocupa Sampa e foi realizada por cerca de 600 jovens que ficaram acampados em barracas entre 15 de outubro e dezembro no Vale do Anhangabaú, centro da capital (Oliveira, 2013, p. 2). As manifestações de ocupação ocorreram em resposta a uma chamada internacional. A data foi apelidada de “15O” fazendo referência direta à data de início do levante na Espanha, iniciado em 15 de maio (15M). Naquele país, um grupo de cerca de 60 twitteiros promoveram via rede uma marcha em Madri em direção a Praça Puerta del Sol. Cerca de 14 mil pessoas, que se autodenominaram “los indignados”, participaram do ato que se repetiu em outras localidades da Espanha e da Europa¹⁸.

Um mês antes das ocupações brasileiras, mais exatamente em 17 de setembro, manifestantes nos Estados Unidos ocupavam áreas adjacentes à Wall Street, considerada o coração do Distrito Financeiro de Nova Iorque. Os motivos, tanto das manifestações na Europa quanto nos Estados Unidos foram os mesmos: a crítica o sistema que levou à crise econômica de 2008. Em 2011 as populações dessas localidades sentiam as consequências da tensão financeira global com o desemprego atingindo 9,1% da população dos Estados Unidos, 10% na União Europeia e 20% na Espanha. A parcela mais prejudicada foi a dos jovens. Nos EUA, uma a cada quatro de pessoas entre 16 e 19 anos estava desempregada, já na Espanha o índice nessa faixa etária chegou a 46,2%.

Ao contrário dos outros países, o Brasil vivia nesse período uma situação econômica e social confortável. Naquele ano o país foi considerado a sexta maior economia no ranking¹⁹ mundial, ultrapassando o Reino Unido, atingia um crescimento

do Produto Interno Bruto²⁰ de 6,2% em relação a 2010 e registrava o menor índice de desigualdade de sua história²¹. Logo, os protestos que reuniram os coletivos brasileiros de ocupação se deram em torno de pautas distintas das levantadas nos outros países. Em São Paulo, as principais críticas foram feitas à construção da usina de Belo Monte, à remoção forçada de famílias carentes por conta das obras realizadas nas cidades que iriam sediar jogos da Copa do Mundo de 2014 e à reforma do Código Florestal Brasileiro. O grupo também manifestava apoio à aprovação de 10% do PIB para a Educação. Era, perceptível, portanto, a frustração de movimentos sociais brasileiros em relação aos dirigentes políticos, mais ainda em relação ao Partido dos Trabalhadores, que no poder entrava em conflito até mesmo com a sua base histórica, ao levar adiante, por exemplo, projetos desenvolvimentistas que esbarravam em questões sociais.

Portanto, havia sim uma pauta que unia todas as ocupações, do Brasil à Europa e Estados Unidos: a indignação popular em relação à representatividade dos partidos políticos. Por isso o tema global do movimento de ocupação "não nos representam", em referência aos políticos e partidos, tornou-se consenso também nas acampadas brasileiras. (Oliveira, 2013, p.5).

O Ocupa Sampa, em especial, se estruturou com base nos princípios da horizontalidade, não violência e apartidarismo. As decisões dentro do coletivo eram decididas por consenso em reuniões onde todos poderiam participar. Como a ocupação ocorreu no centro de São Paulo, os jovens dormiram durante todo o período ao lado de moradores de rua, que também puderam participar da manifestação inclusive dos debates.

Os perfis ideológicos que compunham o movimento em São Paulo eram bastante heterogêneo, desde ativistas punks anarquistas até ambientalistas (como o

Brasil pelas Florestas), Anonymous BR, MPL e representantes das marchas da Maconha e das Vadias (Oliveira, 2013, p. 6-16). Vale destacar que é a primeira vez que a máscara utilizada pelos anonymous, baseada no personagem Guy Fawkes, é vista em um protesto no Brasil. Após as ocupações, a imagem e o conceito por trás dela, que é cultura do hacktivismo, se populariza em outras manifestações pelo país.

Além da ação de desobediência civil praticada a partir do acampamento em espaços públicos, membros do Ocupa realizaram outras formas de protestos que dialogavam com pautas reivindicadas internamente. Uma delas aconteceu na data em que se comemora internacionalmente os direitos humanos, dez de dezembro. Na ocasião, membros do grupo colaram cartazes nas vitrines das lojas Zara, em repúdio ao trabalho escravo²². Já no dia 17 do mesmo mês realizaram um ato em frente ao banco Bradesco, que financiou as obras de construção de Belo Monte²³. O Ocupa SP organizou, ainda, atividades abertas ao público como aulas públicas (uma delas contou com a colaboração do filósofo Vladimir Safatle), oficinas de arte, de fotografia e a montagem de uma biblioteca comunitária.

3. OS PRINCIPAIS PROTESTOS POR TRANSPORTES DA HISTÓRIA DO BRASIL

Ao longo desse trabalho foi possível observar que manifestações sociais nascem de demandas não atendidas pelo Estado, não à toa conflitos iniciados pela precarização do transporte público aconteceram em diversos momentos da história brasileira. A primeira referência a respeito do tema é a Revolta dos Vinténs, ocorrida em resposta ao aumento das passagens dos bondes, entre dezembro de 1879 e janeiro de 1880, na capital do então Império do Brasil². Um dos principais líderes do movimento foi o jornalista Lopes Trovão. No início das manifestações o Imperador Dom Pedro 2^a pediu um encontro com Trovão para negociar o fim do conflito, mas o jornalista negou o pedido. A manobra popularizou ainda mais o levante, forçando as autoridades a anular o reajuste, entretanto, deixou como saldo negativo a morte de três pessoas e 20 feridos²⁴.

Outro evento ligado ao aumento de passagens dos transportes públicos que ficou para a história ocorreu em maio de 1956, durante o governo de Juscelino Kubitschek. Conta o historiador e biógrafo de JK, Ronaldo Costa Couto, que as manifestações no Rio de Janeiro foram tão violentas que colocaram em risco o mandato do então presidente da República³. Na época o movimento foi liderado pela União Nacional dos Estudantes (UNE). A rebelião terminou após, sabiamente, JK convidar os membros da liderança estudantil para uma conversa no Palácio do Catete. Ao recebê-los insistiu para que o então presidente da UNE, Carlos Veloso de Oliveira, se sentasse na cadeira de chefe de estado. Em seguida pediu para o jovem ajudá-lo a salvar o governo. Dali a manifestação foi encerrada. A UNE tomou a decisão porque o clima no país era de tensão. Pouco antes de assumir o mandato, Juscelino havia enfrentado uma tentativa de golpe militar na Revolta de Jacareacanga.

No primeiro capítulo deste trabalho abordamos ainda as revoltas o protesto espontâneo - e sem lideranças - que ocorreu em plena ditadura militar (julho de 1974) nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Insatisfeitos com a qualidade dos trens, usuários realizam vários atos de quebra-quebra e queima de unidades de transporte. A escassez de transporte público de qualidade nas cidades brasileiras é apenas uma das facetas do caráter excludente da urbanização latino-americana (Kowarick, 1986), que se reflete na forma de conflitos. Quando o Estado deixa de cumprir o seu papel como representante da massa de eleitores torna-se alvo direto das reivindicações. Com isso o antagonismo ao poder público cria condições para a unidade dos movimentos sociais, “acelerando o desenvolvimento de uma força social que vai adquirindo uma dinâmica própria” (Jacobi, 1980, p.24).

Nos anos recentes podemos observar que a luta pela qualidade dos transportes e contra o aumento de passagens é realizada há pelo menos uma década, começando pela “Revolta do Buzu”, em Salvador, quando estudantes universitários e secundaristas realizaram protestos contínuos entre agosto e setembro. As manifestações começaram de forma espontânea, sem uma liderança, a partir do boato de que as tarifas de ônibus iriam subir de R\$ 1,30 para R\$ 1,70. Os estudantes iniciam ações diretas nas ruas paralisando o trânsito alcançando vários pontos da capital no dia 1º de setembro. Cerca de 40 mil pessoas tomaram as ruas, chamando a atenção da mídia nacional.

A estratégia do poder público para barrar a massa foi procurar as lideranças de um movimento que nasceu sem lideranças. Foi então que representantes das entidades União Nacional dos Estudantes (UNE), da Associação Baiana dos Estudantes Secundaristas (Abes), e da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes), surgiram falando em nome dos manifestantes. O poder público e os porta-vozes dessas entidades negociaram uma vitória parcial, levando o governo local a promulgar a lei que institui a meia passagem para estudantes e professores⁴. O sequestro da liderança da manifestação causou mal estar entre a maioria dos estudantes, que se manteve resistente a qualquer forma de representação e lideranças²⁵.

Os principais acontecimentos da Revolta do Buzu foram consolidados em um documentário produzido por Carlos Pronzato que serviu de inspiração para a “Revolta da Catraca” realizada em Florianópolis no ano seguinte. Em 2004 surge também o Comitê do Passe Livre em São Paulo (MPL-SP, 2013, p 18).

Em janeiro 2005, o Movimento Passe Livre é fundado durante o 5º Fórum Social Mundial em Porto Alegre. Nesse mesmo ano revoltas contra o aumento das passagens ocorrem em 15 cidades. Bem e Brancaleone (2013) destacam que os

protestos com essa temática continuaram sendo realizados nos anos seguintes e, apesar da reincidência dessas revoltas ocorrerem, sobretudo, nas cidades do Sudeste, o fenômeno se distribuiu em outras regiões até chegarmos a 2013, “quando as manifestações explodiram por todo o país”. (Bem e Brancaleone, 2013, p.7).

As Jornadas de Junho de 2013 foram antecedidas por uma série de protestos contra o aumento de passagens, começando por outubro de 2012, na cidade no Rio de Janeiro, quando o coletivo local Fórum de Lutas realizou as primeiras manifestações para barrar a apreciação no valor do transporte público. As ações foram paralisadas rapidamente porque o prefeito Eduardo Paes adiou o aumento das passagens para 2013, a pedido do governo federal que procurou na época incentivar outras cidades a fazerem o mesmo. Com isso, o governo pretendia manter a inflação de 2012 dentro das metas estipuladas pelo Banco Central, já que o aumento do valor de serviços básicos – como é o caso dos transportes – teria impacto direto sobre a economia³⁰.

No início de janeiro de 2013, ocorreram também as primeiras manifestações na cidade de Porto Alegre, às vésperas do aumento das passagens, que entrariam em vigor no mês de março. Em abril a Justiça concede uma liminar suspendendo o aumento, mas as manifestações pela “tarifa zero” continuaram ao longo do ano, até chegar em junho, quando os protestos ocorrem em solidariedade aos demais atos organizados pelo país (Bem e Brancaleone, 2013, p. 3).

Em Natal (RN) os primeiros protestos, organizados pelo coletivo Revolta do Busão, são deflagrados em 15 de maio e é retomado em junho aproveitando-se do contexto nacional. O mesmo ocorre em Goiânia, onde os atos ligados ao transporte começam e terminam em maio, mas são retomados em meados do ano pela “Frente Contra o Aumento”.

O primeiro fator, portanto, que deu unidade a luta das Jornadas de Junho foi o aumento, quase que simultâneo, do valor das passagens nas principais cidades do país (IASI, 2013, p.44). O fato da valorização da passagem acontecer, ainda, em período escolar ajudou na articulação dos movimentos sociais urbanos que dialogam, principalmente, com estudantes universitários e secundaristas.

As Jornadas de Junho foram, ainda, marcadas por duas fases. Na primeira fase, que vai do primeiro ato (06 de junho), ao quarto ato (em 13 de junho), as manifestações foram coordenadas e organizadas, em redes, pelos movimentos envolvidos diretamente, como o Fórum de Lutas Contra o Aumento das Passagens, do Rio de Janeiro, a Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte, Revolta do Busão, em Natal, e o Movimento Passe Livre, em São Paulo. Esse período não contou com o apoio dos meios de comunicação, pelo contrário, personalidades de destaque do noticiário cotidiano se posicionaram contra os manifestantes. (VIANA 2013, p. 53).

Na primeira fase a repressão policial também foi maior, contribuindo para atrair mais pessoas à causa no momento seguinte. A virada se deu no quarto ato, em 13 de junho, quando a Polícia Militar aumentou a violência sobre os manifestantes, ferindo jornalistas que cobriam os protestos³⁰.

A segunda fase das Jornadas de Junho aconteceu partir do quinto ato (17 de junho), quando 250 mil pessoas tomaram às ruas em solidariedade ao Passe Livre e em protesto à violência policial, apenas na cidade de São Paulo. (SECCO, 2013, p. 73). Essa segunda fase é marcada por manifestações pacíficas, com apenas alguns focos de violência, e amplo apoio da mídia. No dia 19, cerca de cem cidades, incluindo São Paulo e Rio de Janeiro, voltam atrás no aumento das passagens (MPL-SP, 2013, p.18). Mesmo com a redução das tarifas, o MPL mantém o ato do dia 20, transformando-o em

“marcha da vitória”, repetida em várias cidades do país, com um número significativo de pessoas por cidade (cerca de 100 mil). É a partir dessa data que emergem diversas pautas das ruas, deslocando a discussão da questão do transporte para outras queixas da sociedade civil como corrupção, má qualidade da educação, saúde, PEC 37, entre outras.

Em 2015, a prefeitura de São Paulo e governo do Estado de São Paulo anunciam o aumento das passagens de ônibus pela primeira vez, desde junho de 2013. O MPL-SP organiza protestos nos mesmos moldes dos anos anteriores, utilizando as redes sociais na internet e as redes de apoio com outros movimentos sociais. Entretanto, diferentemente de 2013, o coletivo não alcança vitória. Dentre as principais razões do fracasso estão a data do aumento, que ocorreu durante as férias escolares (reduzindo a capacidade de mobilização entre estudantes); e a manobra realizada pelo prefeito Fernando Haddad que, um dia antes do segundo ato organizado pelo MPL, reuniu-se com 15 integrantes da juventude do PT para tratar da pauta de transporte, sem convidar o MPL, levando a um esvaziamento dos protestos de 2015³¹.

4. CONCLUSÃO

O objetivo desse trabalho foi levantar elementos que apontem para uma mudança de paradigma do modelo de formação, articulação e atuação dos novos movimentos sociais urbanos no Brasil, decorrentes do impacto da crescente globalização e uso das novas ferramentas de comunicação. Para tanto, partiu-se a análise de uma revisão dos movimentos sociais urbanos nas décadas de 1970 até 2000, onde pudemos observar importantes diferenças entre os grupos surgido daquela época e os novos movimentos sociais.

Enquanto os primeiros são mais hierarquizados e com membros intelectualmente dependentes das lideranças, os movimentos que surgem a partir do Século XXI, no Brasil, criam coletivos com mais autonomia entre seus componentes, tendo ao seu favor a internet que propicia, como nunca antes na história, a formação política autodidata do indivíduo. Ainda assim, não é possível estabelecer, neste instante, que um novo paradigma de movimentos sociais se estabelece sobre os modelos criados nas décadas anteriores. Afinal, entre a verticalidade e a horizontalidade existem infinitas graduações.

Vale destacar também que o ambiente virtual ocupa hoje o espaço de debate antes protagonizado, sobretudo pelos sindicatos, comunidades eclesiais de bairro, associações de bairro e até mesmo academia. Sem falar que a internet tem a qualidade de ser mais democrática e não restrita as fronteiras geográficas.

O próprio formato da internet permite a atuação de múltiplos protagonistas, assim, na lógica kuhniana, podemos estar vivendo um momento de crise das antigas formas de mobilizações sociais, que tendem a monopolizar o conhecimento e o poder através de estruturas verticalizadas, para aquelas de caráter horizontal, que permite uma maior participação e formação política do indivíduo.

É importante ressaltar, porém, para a necessidade de não cair no engano de se fazer uma análise reduzida a uma simples visão binária. Por isso, lançamos mão dos conceitos de Kuhn, pois no processo de construção de paradigmas ocorre um intenso processo dialético.

BIBLIOGRAFIA

Alvarez, S.E. Engendering democracy in Brazil: Women's movements in transition politics. Princeton: Princeton University Press, 1990.

BEM, Daniel F.; BRANCALEONE, Cassio. As Rebeliões da Terifa: reflexões sobre economia moral e o anarquismo. 37º Encontro Anual da ANPOCS, 2013

Cardoso, R.. Os movimentos sociais na América Latina. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.3, n.1, 1987.

CARVALHO, Edimir de, Cidades Brasileiras, crescimento e desigualdade social. Revista ORG & DEMO, nº 3, p. 45-54, 2002

CORRÊA, Angela M. C; CASTRO José M.; Brasil: cinco séculos de riqueza, desigualdade e pobreza. Revista Impulso, V. 1, Nº 1, 1987

Di Cintio, Chloé. Petit traité de désobéissance civile. Paris: ResPublica, 2010.

GOHN, M.G., Movimentos sociais e lutas pela moradia. São Paulo, SP : Edições Loyola, 1991, p.161-170

GOHN, M.G., Movimentos Sociais na Contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação, v. 16, nº 47

IASE, Mauro L et al. Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. p.41-46

IRELAND, R. Formations in civil society and projects in state construction in Brazil: A perspective from the grassroots. Paper delivered at "The state in transition", conferência na Trobe University, Melbourne, 1993.

JACOBI, P. (1980) Movimentos sociais urbanos no Brasil. In: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB), Rio de Janeiro, p. 22-30.

JESUS, Ronaldo de P.. A Revolta do vintém e a crise na monarquia, História Social, IFCH-UNICAMP, nº 12, p. 73-89, 2006

KOWARICK, Lúcio, Movimentos Urbanos no Brasil Contemporâneo: uma análise da literatura, 1986

KUHN, Thomas s. A Estrutura das Revoluções Científicas. 5ª Edição. São Paulo: Perspectiva, 1998.

MAINWARING, Scott. Igreja e Política: anotações teóricas. Síntese - Revista de Filosofia. V. 10, nº 27, 1983

MOISÉS, José Álvaro; MARTINEZ-ALIER, Verena. "Rebeliões no subúrbio". Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, nº 49, maio/jun. 1977, pp. 31-49

MOVIMENTO PASSE LIVRE et al. Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. p.13-18

OLIVEIRA, Julia R.; CARVALHO, Ana P. A Revolta do Buzu - Salvador (BA): Manifestações dos estudantes secundaristas contra o aumento da tarifa de ônibus. Ibase, setembro 2007

OLIVIERA, Rita de C. A. Cibercultura, apropriação do espaço público e os usos da cultura digital: o caso de Ocupa Sampa, os Indignados de São Paulo; 38º Encontro Anual da Anpocs; 2014

OTTMANN, Götz, Movimentos Sociais Urbanos e Democracia no Brasil: uma abordagem cognitiva. *Novos Estudos*, nº 41

SADER, Eder. "O protesto sem juízo: os saques de abril". *Desvios*. São Paulo, nº 2, 1983, p. 8-17

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006

SECCO Lincoln et al. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. p.71-78

VIANA, Silvia et al. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. p.53-58

Rodapés

PAGINA 1

1 - <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/07/veja-em-quais-cidades-houve-reducao-da-tarifa-do-transporte-em-2013.html>

2 - <http://noticias.terra.com.br/educacao/historia/os-neo-anarquistas-por-um-futuro-primitivo,38fd5b864d8a1410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html>

PAGINA 5

3 - http://www.istoe.com.br/reportagens/162318_OS+TRABALHADORES+COMEAM+A+FAZER+HISTORIA

PAGINA 11

4 - <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2011/agosto/o-movimento-pela-etica-na-politica-de-1992>

PAGINA 12

5 <http://brasildebate.com.br/uma-decada-perdida-para-quem/>

6 <http://brasildebate.com.br/taxas-de-desemprego-nunca-estiveram-tao-baixas/>

PAGINA 15

7 <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-odio-que-cresceu-550-na-America-Latina/4/32829>

PAGINA 16

8 <http://www.publico.pt/mundo/noticia/forum-social-europeu-reune-25-mil-militantes-em-florenca-194840>

9 <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-01-22/europeus-realizam-forum-social-em-novembro>

PAGINA 18

10 <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90128.shtml>

PAGINA 19

11 <https://saravea.net/file/download/8014>

12 <http://bicicletada.org/>

PAGINA 20

13 <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/06/marcha-da-maconha-da-lugar-atos-por-liberdade-apos-decisao-do-stf.html>

14 <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/05/20/apos-proibicao-da-justica-marcha-da-maconha-em-sao-paulo-vira-ato-por-liberdade-de-expressao.htm>

15 <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2008/05/398073-justica-proibe-marcha-da-maconha-em-curitiba-pr.shtml>

PAGINA 21

16 <http://marchadamaconha.org/>

17

[http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/churrasco+de+gente+diferenciada+reune+centenas+de+
+pessoas+em+sp/n1596952519276.html](http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/churrasco+de+gente+diferenciada+reune+centenas+de+pessoas+em+sp/n1596952519276.html)

18 <https://marchadasvadiascwb.wordpress.com/conheca-a-marcha/porquevadias/>

PAGINA 22

19 <http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-marcha-dos-indignados-em-sp>

20 <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1609201102.htm>

21 http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15607

22 - <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=1891>

23 - <http://blog.planalto.gov.br/ibge---taxa---de---desemprego---e---a---menor---para---maio---dos---ultimos---nove---anos/>

PAGINA 24

24 - <https://ocupasampa.milharal.org/2011/12/11/escravos-de-zara-acao-do-dia-10-dezembro/>

25 - <https://ocupasampa.milharal.org/2011/12/23/xingu-vivo/>

pagina 25

26 - <https://www.youtube.com/watch?v=gUFMzFtIYRk>

PAGINA 27

27 - <http://espacosocialista.org/portal/?p=2262>

pagina 28

28

[http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8412:su
bmanchete290513&catid=71:social&Itemid=180](http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8412:su
bmanchete290513&catid=71:social&Itemid=180)

29 - <http://mepr.org.br/noticias/movimento-estudantil/734-goiania-comunicado-emergencial-da-frente-contra-o-aumento.html>

pagina 28

30 - <http://www1.folha.uol.com.br/multimedia/videocasts/2013/06/1296136-tv-folha-traz-relato-de-jornalista-atingida-durante-protestos-em-sp-assista.shtml>

PAGINA 29

31 - http://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/15/politica/1421358031_654782.html